

TERCEIRA PARTE

**Desenvolvimento  
e acumulação capitalista:  
o processo histórico**

## CAPÍTULO VIII

# **Uma teoria de longo prazo dos salários**

---

A análise que realizamos até aqui da taxa de lucro e da teoria de Marx sobre seu comportamento não nos permite concluir pela sua tendência declinante no longo prazo. No curto prazo, sem dúvida, a taxa de lucro varia em função do ciclo econômico, mas a longo prazo, como mostram as evidências empíricas, ela tende a ser estável ou mesmo levemente crescente. A lei da tendência declinante da taxa de lucro é muito mais um permanente desafio ao desenvolvimento capitalista do que um obstáculo insuperável a esse desenvolvimento. A tendência ao crescimento da composição orgânica do capital, nos quadros de uma relativa estabilidade da taxa de mais-valia, existe. Mas ela afinal não se realiza na prática porque as contratendências desencadeadas pelo próprio processo de acumulação entram em ação. O progresso técnico poupador de capital é neste sentido o fator mais importante, mas as tendências à oligopolização e à estatização das economias capitalistas contemporâneas e o imperialismo têm também um papel significativo em impedir o efetivo declínio da taxa de lucro, ao menos para os setores mais dinâmicos (e eventualmente mais oligopolizados) da economia.

Neste quadro de estabilidade a longo prazo da taxa de lucro, um fator que poderia ter sido importante para com-

pensar uma eventual elevação da composição orgânica do capital, seria o crescimento da taxa de mais-valia. Isto, por sua vez, ocorreria na medida em que a taxa de salários permanecesse basicamente constante ou pelo menos aumentasse a uma taxa menor do que o aumento da produtividade.

De fato, se a taxa de aumento da produtividade,  $(\dot{Y}/L)$ , for maior do que a taxa de aumento da taxa de salários,  $(\dot{W}/L)$ , a participação dos salários na renda será declinante

$$\frac{W}{Y} \downarrow$$

e, portanto, a taxa de mais-valia será crescente

$$\frac{R}{W} \uparrow$$

Neste capítulo vamos examinar o comportamento a longo prazo da taxa de salários. A preocupação fundamental estará em examinar o preço da força de trabalho a partir da oferta, deixando em segundo plano o problema da procura. Com isso não se pretende afirmar que a procura, que os clássicos relacionaram com *fundo de salários* e a partir especialmente de Marx foi relacionada com a taxa de acumulação de capital, seja irrelevante na determinação da taxa de salários. Ela é fundamental para a análise de curto prazo. A longo prazo, entretanto, e em oposição à tese neoclássica, adotarei a posição clássica e marxista de que a oferta prevalece sobre a procura na determinação do preço das mercadorias em geral, inclusive o preço da força de trabalho.

Diferentemente das teorias clássica e marxista dos salários, entretanto, procurarei mostrar que a força de trabalho não é uma mercadoria como qualquer outra. Dado seu poder de barganha política e sindical ela tem a possibilidade de aumentar sistematicamente seus salários reais à medida que aumenta a produtividade. Nesse modelo, ao contrário da visão da economia política clássica, a variável independente na distribuição de renda deixa de ser a taxa de salários e a taxa de lucro deixa de ser o resíduo. Inversamente, agora é uma taxa *razoável* ou *planejada* de lucro a variável indepen-

dente e a taxa de salários, a variável dependente ou o resíduo.<sup>1</sup>

## 1

A teoria clássica dos salários, assim como a marxista, baseadas na lei de ferro dos salários, supõe uma taxa de salários a longo prazo constante. Nesses termos, se admitirmos que a produtividade está crescendo, a taxa de mais-valia e a taxa de lucro crescerão a longo prazo. Isto só não ocorre no modelo de Ricardo porque a produtividade da terra (e afinal do trabalho) é decrescente. Da mesma forma, no modelo de Marx a taxa de lucro não é crescente mas declinante porque a produtividade do capital (e, afinal também a do trabalho) é declinante.

Segundo a teoria clássica, a taxa de salários corresponde a longo prazo ao seu custo de oferta, ou seja, ao custo de reprodução da mão-de-obra, que, por sua vez, pode ser definido como sendo o custo de sobrevivência do trabalhador e de sua família. Segundo Adam Smith,

“Um homem deve sempre viver do seu trabalho, e seu salário deve ser pelo menos suficiente para mantê-lo. O salário deve ser, de fato, um pouco superior a esse nível; de outra forma ser-lhe-ia impossível manter sua família, e os trabalhadores assim remunerados não durariam mais do que uma geração”.<sup>2</sup>

Ricardo também é muito claro a esse respeito quando afirma que a longo prazo a taxa de salários corresponde ao *preço natural* do trabalho e a curto prazo, ao preço de mercado, o qual depende da oferta de trabalhadores e da demanda, esta, por sua vez, determinada pela acumulação de capital ou pelas variações no *fundo de salários*. O essencial, entretanto, é o conceito de Ricardo de preço natural do trabalho:

<sup>1</sup> A hipótese da exogeneidade da taxa de lucro tem como referência Sraffa (1960) que, no entanto, não considera suas implicações para a análise do processo de acumulação de capital.

<sup>2</sup> Adam Smith, *The Wealth of Nations*, Londres, Everyman's Library, 1964, p. 60.

“O preço natural do trabalho é aquele preço que é necessário para os trabalhadores em conjunto sobreviverem e perpetuarem sua raça, sem aumentá-la ou diminuí-la”.<sup>3</sup>

Se entendermos o preço natural do trabalho ou o custo de reprodução da mão-de-obra como uma variável biológica, a taxa de salários, em termos de poder aquisitivo (que é como a estamos sempre tratando), seria constante. Em termos de valor, dado o crescimento da produtividade, a taxa de salários seria declinante. No modelo puro de Ricardo, em termos de poder aquisitivo ou em termos de preço de produção, a taxa de salários seria constante, mas, em termos de valor, seria crescente, porque Ricardo pressupunha a diminuição a longo prazo da produtividade do trabalho devido à lei dos rendimentos decrescentes.

O próprio Ricardo, entretanto, já admitia que o custo de reprodução de mão-de-obra não poderia ser medido apenas em termos biológicos:

“Não se deve entender que o preço natural do trabalho, mesmo que seja estimado em termos de alimentos e bens necessários, seja absolutamente fixo e constante. Ele varia no tempo em um mesmo país e muito fundamentalmente varia de país para país. Ele depende essencialmente dos hábitos e costumes do povo”.<sup>4</sup>

Marx, por sua vez, adotou basicamente a teoria clássica dos salários, salientando que a longo prazo a taxa de salários corresponde ao valor da mercadoria força de trabalho. Este valor, por sua vez, corresponde à quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho. Mas Marx deu ainda maior ênfase ao fato de que seria necessário não considerar o valor da força de trabalho como um fenômeno meramente biológico:

<sup>3</sup> David Ricardo, *On the Principles of Political Economy and Taxation*, Londres, Cambridge University Press, 1975.

<sup>4</sup> *Idem*, pp. 96-7.

“O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais é puramente físico e o outro histórico ou social. O seu *limite último* é determinado pelo elemento físico... A par desse elemento puramente biológico, o valor do trabalho é determinado em cada país por um *padrão de vida tradicional*”.<sup>5</sup>

Aceita a idéia de que o custo de reprodução da mão-de-obra inclui o componente “padrão de vida tradicional”, ou seja, inclui um componente histórico-social, a teoria clássica dos salários torna-se indeterminada. A longo prazo, a taxa de salários corresponde ao valor da força de trabalho; a curto prazo a taxa de salários gira em torno desse valor, em função da oferta de trabalhadores, regulada pelo aumento da população e pelo exército industrial de reserva, e pela procura por trabalhadores, regulada basicamente pela taxa de acumulação e pela natureza do progresso técnico. Entretanto, como há um componente histórico na determinação do valor da força de trabalho, o qual tende a elevar a taxa de salários a longo prazo, a teoria clássica dos salários fica indeterminada. Afinal qual o peso desse componente histórico? O que significa em termos práticos “custo da reprodução da mão-de-obra”? Os trabalhadores ingleses cujo salário médio era em 1955-60 3,8 vezes maior do que em 1860-64, ou os trabalhadores norte-americanos que tiveram uma taxa de salários real aumentada de 5,5 vezes no mesmo período continuam a receber um salário correspondente ao “custo de reprodução da mão-de-obra”?<sup>6</sup>

A resposta a esta questão deve ser evidentemente negativa. Entre os marxistas contemporâneos há a tendência de considerar de forma muito elástica (e crescente) o “padrão de vida tradicional”, e, assim, fixar-se na teoria clássica dos salários, apesar dos aumentos reais de salários. O próprio Marx, entretanto, não tinha em absoluto essa visão. Ainda que houvesse no salário um elemento histórico, relacionado com o grau de civilização,

<sup>5</sup> Karl Marx, *Salário, Preço e Lucro*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975, p. 82.

<sup>6</sup> Ver o Quadro IV do Apêndice.

“a tendência geral da produção capitalista não tende a elevar o nível médio de salários, mas em baixá-lo, ou seja, impelir mais ou menos o valor do trabalho para seu limite mínimo”.<sup>7</sup>

A previsão de Marx, e em geral dos economistas clássicos, entretanto não se cumpriu. A partir de meados do século passado passou a ocorrer efetivamente um descolamento entre o custo de reprodução da mão-de-obra e a taxa de salários. O aumento do padrão de vida dos trabalhadores nos países centrais foi significativo. A partir de uma longa história de lutas políticas e sindicais, os trabalhadores conseguiram apropriar-se de uma parte do excedente, ou seja, da produção que excede o “consumo necessário dos trabalhadores”. O custo de reprodução ou consumo historicamente necessário dos trabalhadores cresceu devido ao aumento das necessidades de transporte e educação principalmente, mas a taxa de salários cresceu claramente a uma taxa maior, de forma que os trabalhadores conseguiram uma participação crescente (ainda que modesta) no excedente, que anteriormente estava limitada à classe capitalista e à aristocracia proprietária de terras.

Com esse descolamento da taxa de salários em relação ao custo de reprodução da força de trabalho, a teoria clássica dos salários, que já possuía um certo grau de indeterminação devido ao caráter histórico do custo de reprodução da força de trabalho, tornou-se duplamente indeterminada. E perdeu assim qualquer operacionalidade para explicar o comportamento da taxa de salários nos países centrais. Continua ainda basicamente correta para explicar a taxa de salários nos países subdesenvolvidos, em que o capitalismo faz seus primeiros avanços apoiando em um Estado autoritário que desorganiza sistematicamente os trabalhadores,<sup>8</sup> mas não explica a taxa de

<sup>7</sup> Karl Marx, *op. cit.*, p. 87.

<sup>8</sup> Ver Luiz Carlos Bresser Pereira, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Brasiliense, 1977, pp. 226 e 247-8. A tese mais geral a respeito da aplicabilidade da teoria clássica dos salários aos países subdesenvolvidos foi originalmente desenvolvida por Arthur Lewis, “Economic development with unlimited supplies of labour”, em Agarwala e Singh (orgs.), *The Economics of Underdevelopment*, Oxford, Oxford University Press, 1958.

salários nas sociedades em que os trabalhadores estão política e sindicalmente organizados.

## 2

A teoria clássica dos salários sofreu uma guinada mudando sua ênfase da oferta para a procura com a teoria do fundo de salários. Essa teoria já se encontrava em Ricardo, mas foi Stuart Mill que a desenvolveu mais extensamente e tirou dela todas as suas conseqüências. Definido o fundo de salários como o estoque de capital que os capitalistas disporiam para pagar salários, dado o nível de produção e produtividade, esse fundo determinaria a procura total por trabalhadores, e a taxa de salários seria obtida pela simples divisão desse fundo pelo número de trabalhadores.

Afinal, acoplada à teoria da população, a teoria do fundo de salários não era incompatível com a teoria do custo de reprodução da força de trabalho, já que a população cresceria quando a taxa de salários aumentasse no curto prazo devido ao aumento do fundo de salários. Mas essa teoria era ideologicamente muito útil para a classe capitalista na medida em que, fazendo a taxa de salários depender exclusivamente do fundo de salários e da população, concluía que qualquer aumento de salários obtido por um grupo de trabalhadores teria como conseqüência a diminuição do fundo disponível para os demais trabalhadores.

A teoria neoclássica dos salários, embora pretenda ter realizado uma revolução na área, ao abandonar tanto a teoria do custo de reprodução quanto a teoria do fundo de salários, e ao afirmar, com Marshall, que o capital aplicado em salários não é um fundo mas um fluxo, na verdade não apresentou nenhuma contribuição significativa para a teoria dos salários. Ao afirmar que a taxa de salários deve ser igual à produtividade marginal do trabalho, estabelece apenas uma forma mais rigorosa para determinar a procura por trabalhadores por parte das empresas capitalistas. Em última análise, porém, o que o economista neoclássico está afirmando é que a taxa de salários depende da oferta e principalmente da procura. Além disso, ao dar ênfase à procura, o que os neoclássicos estão fazendo é dar um novo e mais sofisticado tratamen-

to à teoria do fundo de salários, com o objetivo de demonstrar que as vantagens obtidas pelos trabalhadores através de salários mínimos ou de negociações coletivas de trabalho só pode ter como conseqüência desemprego ou diminuição dos salários dos trabalhadores não beneficiados pelas medidas. Foi por isso que Dobb observou com muita propriedade que

“a teoria da produtividade marginal reteve nas mãos de vários economistas mais características essenciais à velha doutrina (do fundo de salários)... Assim, por exemplo, se inferia que se a demanda de mão-de-obra era elástica, qualquer interferência para impedir que o nível de salários baixasse ao seu *nível natural* (a não ser que fosse concomitante com uma produtividade maior) tenderia ao pior resultado de reduzir em termos reais os fundos consagrados ao pagamento da mão-de-obra, ao invés de deixá-los sem alteração alguma”.<sup>9</sup>

Por outro lado, a importância dada à procura na determinação da taxa de salários não é nova. Ricardo e Marx também adotam a mesma posição. Apenas limitam sua afirmação ao curto prazo. Para Marx as variações cíclicas da taxa de acumulação determinam a procura enquanto que a oferta é regulada pelo exército industrial de reserva. Ambos os fatores fazem com que a taxa de salários oscile em torno do custo de reprodução da força de trabalho.

Nestes termos, não há entre os neoclássicos uma teoria de longo prazo ou uma teoria estrutural para os salários. Os clássicos e Marx tinham essa teoria, mas esta deixou de ter validade na medida em que os salários descolaram-se do valor da força de trabalho. Foi por isso que a Escola de Cambridge passou a afirmar com grande ênfase que a taxa de salários depende da produtividade do trabalho e do poder de barganha dos trabalhadores: Joan Robinson e John Eatwell, por

<sup>9</sup> Maurice Dobb, *Salários*, México, Fondo de Cultura Económica, 1965 (traduzido da edição inglesa de 1946), pp. 79-80.

<sup>10</sup> Marx reconhecia a importância dos sindicatos para na prosperidade se conseguir aumentos de salários que compensassem as quedas nas crises cíclicas. Já que não haveria a longo prazo tendência para o aumento real de salários, a importância dos sindicatos estaria em servir de base “para a emancipação definitiva da classe

exemplo, perceberam, ao contrário de Marx,<sup>10</sup> que o poder de barganha dos trabalhadores, quando apoiado em redução nos custos de produção devido a inovações tecnológicas, podia elevar em termos reais os salários:

“Não é fácil para os sindicatos forçar um aumento dos salários às custas dos lucros. Ainda que um aumento dos salários nominais seja conseguido, quando a produção por trabalhador permanece constante, os empregadores podem manter constante suas margens de lucro elevando os preços proporcionalmente. Mas quando inovações em um certo tipo de mercadorias reduziram custos de produção (à base da antiga taxa de salários) em relação ao seu valor de venda, os trabalhadores ficam em posição forte para exigir uma participação no aumento dos lucros”.<sup>11</sup>

Ao fazerem afirmações deste tipo os membros da Escola de Cambridge estavam reconhecendo a falência da teoria clássica e a insuficiência da teoria neoclássica, mas, a rigor, não estavam apresentando uma teoria alternativa. A taxa de salários passa agora a ficar indeterminada em função de um fator político: o poder de barganha dos trabalhadores. Nos trabalhos de Joan Robinson, entretanto, existe uma sugestão muito clara de que é necessário relacionar o comportamento dos salários com o aumento da produtividade. Em um texto de 1952, afirma ela:

“Marx pressupôs, pelo menos no Livro I de *O Capital* que, de um modo geral, a taxa de salários tende a ser constante, de forma que, à medida que o capitalismo se desenvolve e a produção por trabalhador cresce, a distância entre a renda real dos trabalhadores e dos capitalistas aumenta cada vez mais. Nos dias de hoje parece uma generalização mais plausível afirmar que a taxa de salários real tende a crescer com a produtividade. De

---

trabalhadora, isto é, para a abolição definitiva do assalariato” (*Salário, Preço e Lucro, op. cit.*, pp. 80 e 88).

<sup>11</sup> Joan Robinson e John Eatwell, *An Introduction to Modern Economics*, Londres, McGraw Hill, 1973, p. 130.

qualquer forma, a escolha entre as duas hipóteses é uma questão de fato, não de metafísica".<sup>12</sup>

### 3

Creio, entretanto, que sem recorrer à metafísica, nem ficar exclusivamente baseado nos fatos empíricos, é possível a formulação de uma teoria de longo prazo dos salários que seja novamente determinada. A teoria clássica dos salários estava baseada na idéia de que o trabalho — ou a força de trabalho, conforme Marx esclareceu — era uma mercadoria como qualquer outra, cujo preço deveria basicamente corresponder ao seu valor. De acordo com essa teoria, a taxa de salários é determinada pelo custo de reprodução da força de trabalho, e a taxa de lucro é o resíduo. Pressupondo-se, como Ricardo, que a produtividade da terra (e, afinal, do trabalho) seja decrescente, ou, como Marx, que a produtividade do capital (e, afinal, do trabalho) seja decrescente, a taxa de lucro seria decrescente. Se esse pressuposto deixasse de prevalecer, mantendo-se os salários aproximadamente constantes ou ligeiramente crescentes, a taxa de lucro poderia permanecer constante ou mesmo crescente, dependendo da taxa de aumento da produtividade.

Podemos, entretanto, inverter a proposição clássica e considerar a taxa de lucro como o dado estrutural a longo prazo do sistema capitalista e a taxa de salários como o resíduo.

De acordo com essa teoria, especialmente a partir do momento em que o sistema capitalista torna-se oligopolizado, estatizado e tecnoburocrático, a taxa de lucro passa a ser planejada e, a longo prazo, constante. No transcurso do ciclo ela naturalmente varia, crescendo até o estágio imediatamente anterior ao auge (dividido o ciclo em 9 estágios, conforme proposto por Wesley C. Mitchell), e declinando a partir de então.<sup>13</sup> E variará também em um prazo maior em função dos

<sup>12</sup> Joan Robinson, "Notes on Marx and Marshall", em Joan Robinson, *Collected Papers*, vol. II, Oxford, Basil Blackwell, 1975, (publicado originalmente em *The Rate of Interest and Other Essays*, 1952), p. 19.

<sup>13</sup> Cf. Robin Hahnel e Howard Sherman, "The rate profit over the business cycle", em *Cambridge Journal of Economics*, vol. 6, n.º 2, 1982, p. 186.

ciclos de Kondratieff. Mas no longo prazo em que estamos trabalhando, eliminados os ciclos e as ondas longas, a taxa de lucro seria planejada e aproximadamente constante.

É muito difícil determinar qual seria esse nível constante de taxa de lucro. Há problemas inclusive de conceituação que dificultam a avaliação. A hipótese, entretanto, é a de que as empresas, especialmente do setor oligopolizado, estabeleceriam uma espécie de taxa-objetivo de lucro, que seria determinado em termos históricos, de acordo com o que seus administradores e proprietários considerassem uma *taxa satisfatória*. Essa taxa provavelmente gira em torno de 10 a 15% do capital das empresas.

Há toda uma literatura que não pretendo aqui reexaminar sobre *taxa satisfatória* ou *taxa-objetivo* de lucro.<sup>14</sup> O que é importante apenas assinalar é que a adoção de uma taxa planejada de lucro faz mais sentido para as grandes empresas oligopolísticas do que a adoção de uma taxa máxima de lucro que surja como um resíduo não controlado.

A idéia da taxa residual de lucro era compatível com o capitalismo competitivo, em que cada empresa individual agia oportunisticamente no mercado. A partir do momento, entretanto, em que surgem as grandes empresas oligopolistas e o grande Estado Regulador. O oportunismo cede lugar ao planejamento. A empresa está disposta a sacrificar no curto prazo um lucro exagerado, que em condições favoráveis de mercado eventualmente permitam, para, a longo prazo, atingir taxas-objetivo de lucro, compatíveis com um crescimento estável e sólido.

Fixada a taxa de lucro nestes termos, e pressuposto, por outro lado, um forte poder de barganha político e sindical dos trabalhadores, a taxa de salários é que se transforma em resíduo. Isto não significa, entretanto, que a taxa de salários permaneça indeterminada, como na teoria do poder de barganha. Pelo contrário, a taxa de salários, ou, mais especificamente, a evolução da taxa de salários torna-se perfeitamente determinada. Ela crescerá à taxa que garanta, a longo prazo,

<sup>14</sup> Sobre o assunto, entre outros, ver os trabalhos de Herber A. Simon, "Theories of decision-making in economics", em *American Economic Review*, vol. 49, n.º 3, 1959, e de William Baumol, *Business Behavior, Value and Growth*, Nova Iorque, Harcourt, Brace & World, 1967 (1.ª ed. 1959), pp. 45-52.

uma taxa de lucro constante. Essa taxa de crescimento será igual ao crescimento da produtividade se o progresso técnico for neutro, será menor que o crescimento da taxa de produtividade se o progresso técnico for dispendioso de capital, e maior se o progresso técnico for poupador de capital.

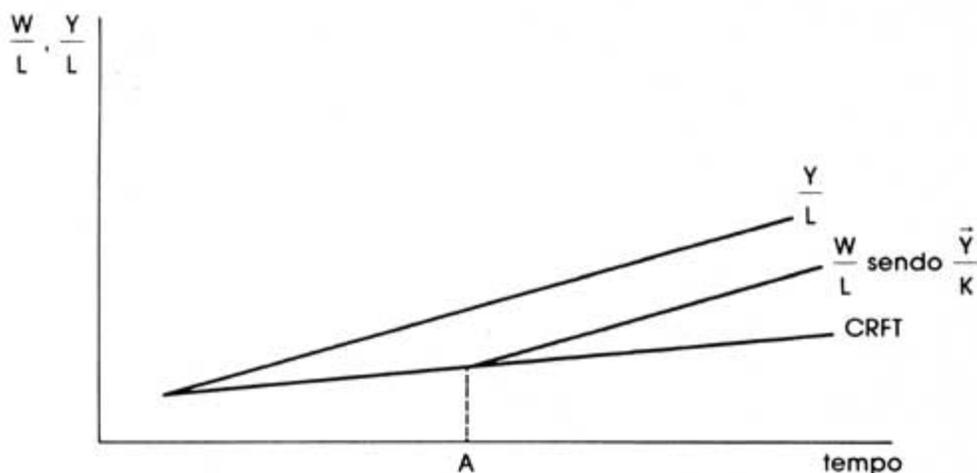
#### 4

O Gráfico VI apresenta a alternativa de progresso técnico neutro combinado com a da teoria clássica, segundo a qual o salário seria igual ao custo da reprodução da força de trabalho (CRFT).

Enquanto prevaleceu o capitalismo competitivo e a força de trabalho comportava-se como simples mercadoria, a taxa de salários correspondia ao custo de reprodução dessa força de trabalho e crescia apenas à medida em que esse custo aumentava. A partir do momento, entretanto, em que os sindicatos e os partidos políticos populares começam a ganhar força política, a taxa de salários desloca-se do custo de reprodução da força de trabalho e passa a crescer acompanhando a taxa de crescimento da produtividade, ao mesmo tempo em que se mantém constante a taxa de lucro.

No gráfico esse momento corresponde ao ponto A. Historicamente esse ponto A deve situar-se em uma faixa entre

Gráfico VI  
Taxas de salários e custo de reprodução  
da força trabalho



1850 e 1870 aproximadamente para os países centrais, especialmente para a Inglaterra, que serve para nós de protótipo do desenvolvimento capitalista.

Já vimos, entretanto, que a taxa de lucro,  $R/K$ , só permanecerá constante se a taxa de salários,  $W/L$ , crescer à mesma taxa do aumento da produtividade,  $Y/L$ , quando a relação produto-capital,  $Y/K$ , for constante.

De fato, se

$$\left(\frac{\dot{Y}}{L}\right) = \left(\frac{\dot{W}}{L}\right)$$

a participação dos salários na renda,  $W/Y$ , e, portanto, a taxa de mais-valia,  $R/W$ , serão constantes. Em consequência, temos também que a taxa de crescimento do lucro por trabalhador,  $R/L$ , será igual à taxa de crescimento da produtividade e da taxa de salários:

$$\left(\frac{\dot{Y}}{L}\right) = \left(\frac{\dot{R}}{L}\right) = \left(\frac{\dot{W}}{L}\right)$$

Logo, a taxa de crescimento do produto,  $\frac{\Delta Y}{Y}$ , será igual à taxa de crescimento do total de salários,  $\frac{\Delta W}{W}$ , e à taxa de crescimento do total de lucros  $\frac{\Delta R}{R}$ .

Sendo a relação produto-capital,  $Y/K$ , constante,  $K$  crescerá necessariamente à mesma taxa das demais variáveis, inclusive  $R$ .

$$\frac{\Delta K}{K} = \frac{\Delta Y}{Y} = \frac{\Delta W}{W} = \frac{\Delta R}{R}$$

Logo, a taxa de lucro,  $R/K$  será constante, desde que a taxa de salários cresça à mesma taxa da produtividade, admitindo um progresso técnico neutro.

Caso, entretanto, o progresso técnico se torne poupador de capital, aumentando a relação produto-capital, uma taxa

de crescimento da taxa de salários superior à taxa de crescimento da produtividade será compatível com a estabilidade

da taxa de lucro  $\left(\frac{\Delta K}{K} = \frac{\Delta R}{R}\right)$  porque

$$\frac{\Delta K}{K} = \frac{\Delta R}{R} < \frac{\Delta Y}{Y} < \frac{\Delta W}{W}$$

e, portanto,

$$\left(\frac{\dot{W}}{L}\right) > \left(\frac{\dot{Y}}{L}\right)$$

Em contrapartida, caso o progresso técnico seja dispendioso de capital, diminuindo a relação produto capital, a estabilidade da taxa de lucro só será compatível uma taxa de crescimento da taxa de salários inferior à taxa de crescimento da produtividade, podendo, inclusive, levar a uma diminuição da taxa de salários real, porque

$$\frac{\Delta K}{K} = \frac{\Delta R}{R} > \frac{\Delta Y}{Y} > \frac{\Delta W}{W}$$

e, portanto,

$$\left(\frac{\dot{W}}{L}\right) < \left(\frac{\dot{Y}}{L}\right)$$

No Gráfico VI, caso o progresso técnico assuma um caráter dispendioso de capital, a curva da taxa de salários inclinar-se-á para baixo, podendo tornar-se constante, como pressupõe o modelo básico do Marx, ou até negativamente inclinada. Entretanto, se ocorrer o que é mais provável historicamente, ou seja, que o progresso técnico vá se tornando cada vez mais poupador de capital, a taxa de salários inclinar-se-á para cima, passando a crescer a uma taxa maior do que a taxa de crescimento da produtividade.

Se examinarmos os dados que aparecem nos Quadros II e IV do Apêndice, verificaremos que a teoria aqui proposta, admitido um progresso técnico aproximadamente neutro — a

taxa de salários deve ter crescido aproximadamente à mesma taxa do aumento da produtividade —, comprova-se empiricamente. De fato, nos Estados Unidos, entre 1890 e 1960, enquanto a produtividade na indústria cresceu cerca de 3,5 vezes, a taxa de salários reais cresceu 3,2 vezes. Na Grã-Bretanha, por sua vez, a produtividade no mesmo período cresceu 2,3 vezes e a taxa de salários, 2,1 vezes.

Vale lembrar que esta teoria tem como pressuposto o poder de barganha político e sindical dos trabalhadores. É esse poder de barganha, cujo limite geral está na estabilidade a longo prazo da taxa de lucro, que permite aos trabalhadores organizados transformar em aumentos de salários os aumentos de produtividade, garantindo um crescimento aproximadamente proporcional da massa de lucros e da massa de salários.

## 5

É preciso salientar que a teoria dos salários aqui apresentada é uma teoria sobre a evolução dos salários, não sobre o nível dos salários. As duas variáveis são interdependentes, mas é necessário distingui-las com clareza.

A evolução dos salários, ou seja, a taxa de crescimento dos salários, dado o poder de barganha dos trabalhadores e a taxa de lucros satisfatória ou planejada das empresas, depende da produtividade e do tipo de progresso técnico. Só indiretamente depende da distribuição da renda. Se o progresso técnico for neutro e a taxa de salários evoluir segundo o previsto, ou seja, à mesma taxa de aumento da produtividade, não haverá mudança na taxa de mais-valia.

Em contrapartida, o nível dos salários depende adicionalmente da distribuição da renda ou da taxa de mais-valia. Dado um determinado nível de acumulação e de produtividade do trabalho, o nível de salários, ou taxa média de salários, poderá variar amplamente, dependendo da distribuição da renda.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> É preciso assinalar, entretanto, que a participação dos salários na renda tem-se revelado razoavelmente estável, pelo menos em um país como a Inglaterra. Ver Quadros IX e XII do Apêndice.

Em primeiro lugar, no modelo simples que estamos utilizando, em que a renda é composta exclusivamente de lucros e salários, é preciso saber qual será a taxa satisfatória de lucro. Em países mais desenvolvidos, onde a acumulação básica de capital em grandes projetos infra-estruturais já foi realizada, a taxa de lucro tende a ser menor do que nos países subdesenvolvidos, que estão em processo de instalação de seu parque industrial.

As razões para este fato são mais ou menos óbvias. De um lado, a escassez de capital em um país subdesenvolvido mas em desenvolvimento é muito maior do que em um país já desenvolvido. De outro lado, se é razoável prever que os países subdesenvolvidos tenderão a ser países devedores internacionalmente enquanto os países desenvolvidos, credores, a taxa de lucro nos países subdesenvolvidos deverá ser suficiente para cobrir a taxa de juros dos empréstimos internacionais. Esta, por sua vez, dado o risco maior desses empréstimos, tende a ser maior do que a taxa de juros interna nos próprios países desenvolvidos. Em qualquer hipótese, não apenas porque a produtividade geral é menor, mas também porque a taxa de lucros tende a ser maior, e portanto a renda mais concentrada, o nível da taxa de salários será menor nos países subdesenvolvidos.

O mesmo acontecerá em países desenvolvidos em que os partidos políticos social-democratas não atingiram ou só recentemente atingiram o poder. Em países como a França, Itália e os Estados Unidos a renda tende a ser mais concentrada do que na Inglaterra, Alemanha, Áustria e países escandinavos. Uma exceção é o caso do Japão, onde também a renda é menos concentrada, embora a social-democracia não tenha chegado ao poder.

Se considerarmos outros tipos de renda, além de salários e lucros, principalmente aluguéis e juros, é preciso também considerar a participação dos rentistas na renda. Um problema fundamental das sociedades modernas é o de reduzir essa participação, já que os rentistas, inclusive os acionistas inativos, nada produzem. A lógica do sistema capitalista, entretanto, dificulta esse processo, especialmente quando se pretende, através de altas taxas de juros, conforme normalmente se lê nos textos conservadores de economia neoclássica, *estimular a poupança* ou então *combater a inflação*. De qualquer

forma, quanto maior for a participação dos rentistas na renda, menor será o nível geral de salários, dada uma taxa de lucro satisfatória e a taxa geral de produtividade da economia. O êxito de alguns países capitalistas desenvolvidos em distribuir a renda e ao mesmo tempo manter taxas de lucro satisfatórias para os empresários — fenômeno ocorrido principalmente na segunda metade deste século — deve-se provavelmente à adoção de sistemas fiscais que oneraram principalmente os rentistas, através do imposto de renda progressivo sobre pessoas físicas. Os recursos assim obtidos permitiram a governos social-democratas aumentar indiretamente os salários dos trabalhadores a taxas superiores ao aumento da produtividade sem reduzir a taxa de lucro.